



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Discurso na cerimônia de assinatura da mensagem que encaminha ao Congresso Nacional projeto de Lei que dispõe sobre a regulamentação do fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 2 DE SETEMBRO DE 1996

Senhor Ministro Paulo Renato; Senhores Secretários Estaduais de Educação; Senhor Representante da Unesco, Jorge Werthein; Senhores Dirigentes do Ministério da Educação e do Desporto; Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil; Senhoras e Senhores;

Esta transformação proposta – agora já aprovada pelo Congresso, no que diz respeito à emenda constitucional, mais esta Medida Provisória que acabo de assinar – foi fruto de um trabalho imenso, como já ressaltou o Ministro Paulo Renato. E eu me junto a ele no agradecimento à Iara, ao Barjas, à Eunice e a todos os demais colaboradores do Ministério da Educação.

E estendo esses agradecimentos à Secretária de Educação Fundamental, ao professorado em geral, porque o resultado foi fruto de um enorme debate. Nada mais prazeroso para o Presidente da República e para o Ministro da Educação, ambos professores, que levamos a vida toda dedicados ao ensino, do que efetivamente podermos contribuir para uma melhoria, uma valorização – assim está no projeto e é verdadeiro – do professor na escola primária, na escola elementar.

Não existe possibilidade de um país avançar, nem na democracia, nem na produção cultural, nem em nada, se esse país não for capaz de entender que o fundamento é a escola primária. Isso é fácil de dizer. Ouvi isso de alguns dos meus mestres: Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Anísio Teixeira – que não foi meu mestre, mas com quem colaborei a vida inteira. E a vida inteira nós vimos as dificuldades para mover as peças nessa direção.

A história da educação no Brasil é só de concentração de recursos no ensino superior e de esvaziamento de recursos no ensino primário. A vida inteira. Todos aqueles que têm noção e consciência da questão educacional sabem que não vai haver nunca uma universidade realmente enraizada e capaz de ter projeção nacional e internacional, se ela não estiver embasada numa ampla escolarização.

Isso é óbvio, mas é difícil de fazer, porque todas as atenções se voltam, normalmente, para aqueles que são mais organizados, que reivindicam com facilidade, que somos nós, que somos eméritos, aqui e na Conchinchina. Para nós, é fácil falar. Para o professor que está na sua escola, lá no interior, carente de tudo, às vezes até de formação, é muito difícil fazer sentir os seus interesses, a sua situação.

Essa foi a mudança fundamental que o Ministro Paulo Renato introduziu no Ministério da Educação. Aqui nós trouxemos para atos aquilo que foi sempre palavra, ou seja, que, para nós, é vital: o ensino básico.

Muitas medidas foram tomadas no decorrer desses vinte meses de governo nessa área, mas nenhuma vai ter o alcance da medida que agora foi tomada pelo Congresso e pelo Governo. Isso corresponde, em termos fiscais, a uma revolução do tipo da que fizemos, semana passada, com o ICMS, que foi também, sim, uma revolução.

As pessoas, às vezes, pensam que reformar é um ato único. O Congresso aprovou. Bate palma, e todo mundo esquece. Não. Reformar é todo dia, e é um conjunto de medidas. A reforma fiscal está sendo feita. Eu leio – e leio, às vezes, até entre desolado e irônico – quando escrevem: “É preciso fazer a reforma fiscal.” Não, nós a estamos fazen-

do, é no dia-a-dia. Estamos mudando aquilo que é fundamental para refazer a estrutura fiscal do Estado.

O ICMS foi uma medida importante para ajudar a produção nacional, para dar mais emprego, para permitir uma concorrência mais igualitária com os produtos importados e para ajudar a exportação. Agora é outra: área tão importante, mais do que a produção direta, é realmente a questão do ser humano, a produção da cultura.

Essa medita terá efeitos, disse o Ministro Paulo Renato, ao longo dos anos. E nós não estamos tomando medidas aqui para ter benefício neste ano, no ano que vem, em eleição tal ou qual, como digo sempre, que é uma coisa sem sentido, é, realmente, não entender que o Brasil mudou. E mudou tanto que quem for imaginar que a sua ação política deve ser em termos das pequenas barganhas, da pequena negociação para ganhar eleição aqui e ali, vai é perder, porque o Brasil espera muito mais de nós.

Nós estamos fazendo o que o Brasil espera de nós. “Nós” não sou eu, não: somos nós todos. Estamos fazendo o que o Brasil espera, com imensa dificuldade, vocês estão vendo. Para poder influenciar no nível de salário do professor primário nos Estados e nos municípios, o Governo Federal tem limitações. Ele pode criar condições, pode dizer que aporta um pouco mais, ele obriga, ele muda a composição dos fundos fiscais, mas isso não implica que as coisas sejam feitas automaticamente, porque vai ter que continuar o processo no nível municipal, no nível estadual. Enfim, é um processo; a mudança é um processo. Este país está mudando no seu conjunto. É um processo, é uma luta permanente para que se alcancem os objetivos.

Acho que hoje é, realmente, um dia importante do ponto de vista da educação no Brasil. Digo “hoje” porque estamos juntos para assinar este ato, mas esse processo é importante para mudar as condições de educação no Brasil e para que nós possamos, realmente, chegar àquilo que é o outro passo: a formação do professor, ou seja, melhorar a formação do professor. Não basta salário. É preciso ter uma formação adequada. O esforço que tem sido feito é grande e vai

ser continuado. E é claro que não é o Governo Federal: é o conjunto dos Estados e dos municípios.

E nós não vamos nos conformar só com as transformações na educação primária. A escola técnica também está sendo modificada. Já existe projeto. O Ministro está empenhado nisso. O passo seguinte é a universidade. E nós, que temos ligação direta com a universidade, vamos nos empenhar na mudança da universidade. Mudança da universidade não é ceder a interesses corporativos. Para isso, não se precisa ter grande talento, qualquer um que cede ganha. Mas não ganha nada, ganha o vazio. Ganha, mais tarde, o desprezo dos que vierem, das gerações futuras, por não ter tido a coragem de fazer o que era necessário. Nós vamos ter.

Vamos dar autonomia à universidade e responsabilidade também. Autonomia sem responsabilidade não é autonomia, é parasitismo. E o Tesouro Nacional não pode ser vítima de parasitas, como foi no passado. Os professores universitários são dignos, não querem ser parasitas, querem ser, realmente, pessoas que vão ter aquilo que merecem, que é a capacidade de dispor, eles próprios, dos recursos que são destinados a eles. E os recursos, esses, sim, terão que ser em consonância com o interesse do conjunto do País e com a importância do ensino superior, que é muito grande para o País.

Mas nós vamos enfrentar essa questão. Haverá incompreensões aqui e ali. Cada vez mais os que protestam o fazem no vazio, porque nós estamos realmente mexendo no que é importante, que é o social.

Aliás, já que falei no termo, que estamos mexendo no social, que é o importante, que é a educação, esse caminho deveria ser seguido pela saúde também. Na saúde também os recursos municipais não estão afluindo na velocidade e na proporção do necessário. Tudo recai sobre o Tesouro Nacional, porque, como a Constituição foi inespecífica, também na área da saúde, no definir as responsabilidades, ninguém as assume. Aqui, o que estamos fazendo é delimitar responsabilidades: é dividir o que cabe à União, o que cabe ao Estado, o que cabe ao município. Na saúde, precisa haver isso também, porque é muito fácil fazer um *lobby* e vir aqui ao gabinete do Presidente da República exigir mais

dinheiro para hospital, mas é muito mais difícil fazer com que cada um, no seu nível, cumpra a sua responsabilidade e dê dinheiro para a saúde – o município, o estado e a União também.

Neste momento, a União arca com uma despesa de, no mínimo, 700 milhões de reais por mês, só para atender os convênios do SUS. O conjunto de gastos é de mais de 1 bilhão por mês. E, quando se vai ver, muitos municípios não contribuem com nada, é zero. E, quando fizemos – eu fui constituinte – a reorganização das finanças públicas, quando tiramos dinheiro da União e passamos para os estados, especialmente para os municípios das capitais, era no pressuposto de que a participação, como é normal, dos municípios na questão da educação e da saúde seria maior, e não menor.

Não é mais possível, em um país do tamanho do nosso, com a complexidade do nosso, que as coisas se decidam em Brasília, porque essa decisão não é sobre o concreto: ela tem que ser tomada em nível municipal. Mas, para isso, é preciso que haja também a formação de recursos e de quadros em nível municipal e estadual, para que a União, progressivamente, tenha apenas uma ação estimuladora de transferência de recursos e de controle do uso desses recursos.

Esse é um bom modelo, porque obriga os municípios a participar mais ativamente dos gastos com a educação. Deveriam participar mais ativamente dos gastos com a saúde, porque não temos mais condições de pedir, através de impostos federais, que todos contribuam mais para a saúde, quando se sabe que muitos municípios não estão contribuindo com nada e muitos não cobram o IPTU, não cobram imposto. Inclusive nas campanhas eleitorais, há candidatos que estão dizendo que o são porque não vão cobrar o Imposto Territorial Urbano. Quando não cobram o Imposto Territorial Urbano, os outros estão pagando por aquilo que eles não estão cobrando. Isso não pode ser. Nós precisamos, realmente, de justiça tributária, e justiça tributária implica responsabilidade crescente dos que tomam as decisões. Também implica que eles tenham, nas suas responsabilidades, a cobrança daquilo que é desagradável, que é o imposto.

É muito fácil, de novo, mobilizar e vir a Brasília para fazer, botar cartaz. Aqui é uma democracia plena. Pode botar cartaz à vontade, só que eu nem leio. Quero ver é se estão realmente trabalhando para mudar as coisas ou estão, simplesmente, prestando um serviço a suas próprias audiências, falando o que sabem que é impossível.

Enfim, eu me desviei um pouco, simplesmente para mostrar a complexidade da transformação do Brasil e para mostrar também que essa complexidade não nos assusta e que, a despeito dela, a despeito das dificuldades, estamos avançando nas transformações. E, se houve um setor em que o avanço foi grande, foi o da educação.

Dirão que 300 reais *per capita* por aluno será pouco. Pouco ou muito, depende das possibilidades reais do País e do Tesouro. Será pouco em certas áreas que podem pagar melhor; será bastante em outras que não podem pagar nem talvez a quinta parte disso. E o Governo Federal se dispõe a complementar para que se chegue a esse nível de gasto médio por aluno. Provavelmente, o gasto médio por professor será na mesma magnitude. Isso vai implicar, efetivamente, um aumento salarial substancial do professorado, sobretudo nas zonas mais pobres do Brasil.

Não houve quem ponderasse que, talvez, havendo essa medida, em certas localidades um professor primário ia ganhar até mais em comparação com o resto da comunidade? Paciência. Pois que se melhorem as condições para os outros também, porque senão não se muda nada e fica-se sempre dizendo: não pode porque vai desequilibrar. Não se faz mudança com equilíbrio, não: é com desequilíbrio mesmo. Mudança provoca, realmente, certas tensões, e é isso que leva a um certo dinamismo. Nós não temos medo de conflito. Na democracia não há por que temer o conflito, desde que ele se dê dentro da lei e que se disponha de mecanismos que permitam a negociação.

Tomara que ocorram mesmo certas situações em que se valorize, até pelo dinheiro – será a primeira vez na nossa história –, a função de professor. Se for isso, ótimo. Que os outros possam depois acompanhá-los.

Acho, Ministro, que o trabalho que Vossa Excelência está levando adiante neste Ministério é realmente excepcional. Eu já disse em várias oportunidades: o Ministro Paulo Renato tem tido a capacidade que prova aquilo que é indispensável para quem exerce uma função pública, porque ele agrega. O Brasil está cansado de desagregadores. Isso não está em contradição com o que eu disse. Conflito pode haver, mas tem que haver quem agregue para chegar a uma negociação.

Só se avança quando se lidera. E liderar não é impor, é convencer, é fazer com que as pessoas se juntem, é lutar e convencer. O Ministro Paulo Renato tem sido um exemplo constante disso. Aqui de longe, olhando na telinha, eu o vi no Congresso, tentando convencer, ganhando, perdendo – ninguém ganha sempre.

Da mesma maneira, eu acompanho muito de perto o Ministério da Educação e sua equipe.

Nas dificuldades e no modo de superá-las, o Ministro tem demonstrado, realmente, uma capacidade de liderança admirável. Neste que é o Dia do Professor, falando de professor para professor, e não só de amigo para amigo, eu tenho que dizer que é um grande ministro.

Agradeço a ação do Ministro e, ao fazê-lo, agradeço a ação de vocês todos, porque não há um grande ministro se não houver uma grande equipe e um grande apoio por parte do professorado.

Muito obrigado.